

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



5.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1097

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (57.ª Reunião / 1.ª Sessão Ordinária - Realizada em 2015/02/24):

- **Proposta n.º 13/2015 (Deliberação n.º 29/AML/2015)** - Acordo com a Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A., nos termos da proposta - Subscrita pelo Vice-presidente Fernando Medina [pág. 240 (102)].

- **Proposta n.º 14/2015 (Deliberação n.º 30/AML/2015)** - Acordo com a Sintejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., nos termos da proposta - Subscrita pelo Vice-presidente Fernando Medina [pág. 240 (112)].

- **Recomendação n.º 3/57 (Deliberação n.º 31/AML/2015)** - Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV [pág. 240 (121)].

- **Recomendação n.º 13/57 (Deliberação n.º 32/AML/2015)** - Concessão a privados de espaços no Parque Florestal do Monsanto - Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT [pág. 240 (121)].

- **Recomendação n.º 7/57 (Deliberação n.º 33/AML/2015)** - Geminação de Lisboa com Atenas - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE [pág. 240 (121)].

- **Recomendação n.º 4/57 (Deliberação n.º 34/AML/2015)** - Pela implementação dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Lisboa durante o processo de transferência de trabalhadores do Município de Lisboa para as freguesias da cidade - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP [pág. 240 (121)].

- **Recomendação n.º 8/57 (Deliberação n.º 35/AML/2015)** - 8 de março - Dia Internacional da Mulher - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE [pág. 240 (121)].

- **Recomendação n.º 9/57 (Deliberação n.º 36/AML/2015)** - Promoção da igualdade do combate contra a exclusão social e o racismo (Década Internacional dos Afrodescendentes) - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE [pág. 240 (122)].

- **Moção n.º 3/57 (Deliberação n.º 37/AML/2015)** - Pela manutenção do Oceanário de Lisboa na esfera do domínio público - Subscrita pelos Grupos Municipais do PS, PEV, PNPV e Deputados Municipais Independentes [pág. 240 (122)].

-**Recomendação n.º 5/57 (Deliberação n.º 38/AML/2015)**- Pavilhão Desportivo Carlos Lopes - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV [pág. 240 (122)].

-**Recomendação n.º 12/57 (Deliberação n.º 39/AML/2015)**- Piscina Municipal Rosa Lopes - Subscrita pelo Grupo Municipal do PS [pág. 240 (122)].

-**Recomendação n.º 6/57 (Deliberação n.º 40/AML/2015)**- Acessibilidades na estação do Metropolitano da Baixa-Chiado - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV [pág. 240 (123)].

-**Recomendação n.º 10/57 (Deliberação n.º 41/AML/2015)** - Retificada - Pela promoção de uma política de estacionamento concertada na envolvente ao Hospital São Francisco Xavier - Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT [pág. 240 (123)].

-**Moção n.º 2/57 - Retificada - (Deliberação n.º 42/AML/2015)** - Saudação ao povo grego - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE [pág. 240 (123)].

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

57.ª Reunião / 1.ª Sessão Ordinária - Realizada em 2015/02/24

- *Deliberação n.º 29/AML/2015:*

- Proposta n.º 13/CM/2015 - Acordo com a Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A., nos termos da proposta.

Subscrita pelo Vice-presidente Fernando Medina.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PCP, BE, PEV, PNPB e 6 Independentes; e Abstenção - PSD e CDS-PP.

(O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião e o MPT não estava presente na sala.)

PROPOSTA N.º 13/2015

Acordo com a Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S. A.

Pelouro: Vereador Fernando Medina.

Serviço: DMF.

Considerando que:

- 1 - A Valorsul é concessionária, em regime de exclusividade, do sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos de Lisboa e do Oeste, criado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho (este último objeto de impugnação pelo Município de Lisboa);
- 2 - O Município de Lisboa é utilizador do Sistema;
- 3 - Existem serviços prestados de recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos no âmbito do contrato de entrega e receção de resíduos sólidos urbanos para valorização, tratamento e destino final, ainda não pagos;

4 - O artigo 89.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), prevê que os Municípios possam apresentar um plano de pagamento para a regularização de dívidas vencidas, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos, prevendo, assim, a celebração de acordos de pagamentos que limita a um prazo máximo de 5 anos;

5 - O Município tem, por referência ao final de dezembro de 2014, uma dívida vencida de serviços prestados pela Valorsul de 3 734 666,76 euros;

6 - Foi analisada a situação com a Valorsul, no sentido de verificar a sua disponibilidade para a celebração de um acordo de pagamentos e quais as condições pretendidas;

7 - A Valorsul se mostrou recetiva à operação e disponível para um plano de pagamentos com uma maturidade de cinco anos, com amortizações constantes de capital, e uma remuneração da dívida assente na taxa Euribor com uma margem de 1,900 %;

8 - As condições estabelecidas vão ao encontro do pretendido e são mais favoráveis do que as que resultam da taxa aplicável à dívida comercial;

9 - A despesa emergente tem enquadramento orçamental na Ação do Plano A4.P005.01, com a Orgânica 04.00 e a Económica 02.02.20.02, para a componente de capital e na Rubrica Orçamental 01.02/03.05.02, para a componente de encargos financeiros.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, e artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetivas alterações, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º daquele Regime Jurídico:

- 1 - Aprove a Minuta do Acordo de pagamentos com a Valorsul e respetivos anexos, documentos que são parte integrante da presente proposta.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DO VICE-PRESIDENTE

PROPOSTA N.º 13/2015

ACORDO COM A VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.

Pelouros: Vereador Fernando Medina

Serviço: DMF

Considerando que:

1. A VALORSUL é concessionária, em regime de exclusividade, do sistema multimunicipal de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos de Lisboa e do Oeste, criado pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 68/2010, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2014, de 2 de julho (este último objeto de impugnação pelo Município de Lisboa)
2. O Município de Lisboa é utilizador do Sistema;
3. Existem serviços prestados recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos no âmbito do contrato de entrega e receção de resíduos sólidos urbanos para valorização, tratamento e destino final, ainda não pagos;
4. O artigo 89º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015) prevê que os Municípios possam apresentar um plano de pagamento, para a regularização de dívidas vencidas, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos, prevendo, assim, a celebração de acordos de pagamentos que limita a um prazo máximo de 5 anos;
5. O município tem, por referência ao final de dezembro de 2014, uma dívida vencida de serviços prestados pela Valorsul de 3.734.666,76€;

6. Foi analisada a situação com a Valorsul, no sentido de verificar da sua disponibilidade para a celebração de um acordo de pagamentos e quais as condições pretendidas;
7. A Valorsul se mostrou receptiva à operação e disponível para um plano de pagamentos com uma maturidade de cinco anos, com amortizações constantes de capital, e uma remuneração da dívida assente na taxa Euribor com uma margem de 1,900%;
8. As condições estabelecidas vão ao encontro do pretendido e são mais favoráveis do que as que resultam da taxa aplicável à dívida comercial;
9. A despesa emergente tem enquadramento orçamental na Ação do Plano A4.P005.01, com a orgânica 04.00 e a económica 02.02.20.02 para a componente de capital e na rubrica orçamental 01.02/03.05.02 para a componente de encargos financeiros.

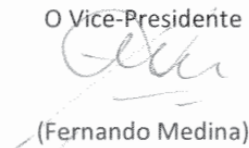
Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, e artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetivas alterações, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 25º daquele Regime Jurídico:

1. Aprove a Minuta do Acordo de pagamentos com a VALORSUL e respetivos anexo, documentos que são parte integrante da presente proposta.

Paços do Concelho de Lisboa, 08 de janeiro de 2015

O Vice-Presidente



(Fernando Medina)

ACORDO DE PAGAMENTO

Entre:

O Município de Lisboa, com sede na Praça do Município, 1149-014 Lisboa, pessoa coletiva n.º 500 051 070, adiante designado por “Município”, representado neste ato pelo Vice-presidente, Fernando Medina Maciel Almeida Correia, com poderes para o ato conferidos pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 13/11/2013,

e a

VALORSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA, adiante designada por Segundo Contratante, com sede em Lisboa, Plataforma Ribeirinha da CP - Estação de Mercadorias da Bobadela, 2696-801 S. João da Talha Loures, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures, com o NIPC 509 479 600 e com o capital social de €25 200 000 (vinte e cinco milhões e duzentos mil euros) neste ato representada por Eng.º Sérgio Cantante Faria de Bastos e Eng.ª Maria Madalena Monteiro Garcia Presumido na qualidade de Administradores com poderes para o ato conferidos pela Deliberação do Conselho de Administração de 16 de Julho de 2010.

Cláusula 1ª

O Município reconhece a obrigação de pagamento de faturas/notas de débito emitidas pelo Segundo Contratante identificadas no Anexo A ao presente ACORDO, do qual faz parte integrante, perfazendo a quantia de €3.734.666,76 (três milhões, setecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis euros, e setenta e seis cêntimos), relativas a serviços prestados recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos no âmbito do contrato de entrega e receção de resíduos sólidos urbanos para valorização, tratamento e destino final.

Cláusula 2ª

1. A dívida mencionada na cláusula anterior será paga ao Segundo Contratante pelo Município em 6 (seis) amortizações semestrais, nos termos definidos no Plano de Pagamentos constante do Anexo B ao presente ACORDO, do qual faz parte integrante.
2. As prestações constantes do Anexo B incluem juros à taxa nominal correspondente à Euribor a 6 meses (base 360 dias), divulgada no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima, acrescida de uma margem de 1,900%.
3. A taxa referida no número anterior não poderá ser em caso algum superior à taxa de juros de mora definida por lei.

4. O Município reserva-se ainda o direito de proceder ao pagamento antecipado, integral ou parcial, das prestações vincendas.
5. No caso do Município proceder ao pagamento integral e de uma só vez do montante das prestações identificadas no Anexo B, o Segundo Contratante renuncia ao direito de faturar os juros de mora então vincendos devidos por essas prestações.
6. O atraso no pagamento das prestações referidas no n.º 1, por um período superior a 120 (cento e vinte) dias, confere ao Segundo Contratante o direito de receber as prestações vencidas e vincendas.

Cláusula 3ª

O Município declara aceitar que o Segundo Contratante ceda os créditos previstos e reconhecidos no presente ACORDO e respetivos Anexos, no todo ou em parte, a terceiros, bastando, para tanto, a comunicação, por escrito, do Segundo Contratante, no prazo máximo de 8 (oito) dias após a sua concretização.

Cláusula 4ª

As prestações definidas no Plano de Pagamentos serão pagas através de transferência bancária para a conta correspondente ao IBAN: PT50 0010 0000 3359 0130 0010 6, ou outro que seja subsequentemente indicado, cumprindo ao Município proceder ao envio, à Segunda Contraente, do comprovativo da realização de pagamento da prestação.

Cláusula 5ª

Mantêm-se em vigor todas as obrigações emergentes dos contratos e procedimentos legais existentes.

Cláusula 6ª

O presente ACORDO pode ser objeto de revisão, assumindo a mesma a forma escrita, e sendo necessário para o efeito o consentimento de ambas as Partes.

Cláusula 7ª

O presente ACORDO, constante da Proposta n.º _____, foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em _____ e pela Deliberação n.º _____ da Assembleia Municipal de Lisboa.

O presente acordo, que contém dois anexos que dele fazem parte integrante, foi celebrado, em duas vias, em Lisboa, em .. de Janeiro de 2015.

O Município

O Segundo Contratante

ANEXO A

Câmara Municipal de Lisboa

Valores a favor da Valorsul, S.A.

Tipo	Doc. nº	Ano	Data	Valor	Acumulado
Serviços - Gás	FT9900247	2013	31-10-2013	43.704,91	43.704,91
Serviços - Gás	FT9900263	2013	30-11-2013	19.946,81	63.651,72
Serviços - Gás	FT99/114	2014	31-05-2014	85.959,13	149.610,85
Serviços - Gás	FT 99/161	2014	30-06-2014	80.655,65	230.266,50
Serviços - Gás	99/178	2014	31-07-2014	89.057,77	319.324,27
Serviços - Gás	FT99/200	2014	31-08-2014	88.483,28	407.807,55
Serviços - RU	FT2100526	2013	31-12-2013	2.838,67	2.838,67
Serviços - RU	FT2100005	2014	31-01-2014	471.306,04	474.144,71
Serviços - RU	FT2100047	2014	31-01-2014	137,90	474.282,61
Serviços - RU	FT2100043	2014	31-01-2014	3.223,22	477.505,83
Serviços - RU	FT9900001	2014	31-01-2014	11.847,00	489.352,83
Serviços - RU	NC2100005	2014	28-02-2014	-57,95	489.294,88
Serviços - RU	FT2100051	2014	28-02-2014	391.981,36	881.276,24
Serviços - RU	FT2100086	2014	28-02-2014	3.338,19	884.614,43
Serviços - RU	FT2100089	2014	28-02-2014	253,42	884.867,85
Serviços - RU	FT9900043	2014	28-02-2014	374,00	885.241,85
Serviços - RU	NC2100007	2014	31-03-2014	-14,14	885.227,71
Serviços - RU	FT9900058	2014	31-03-2014	3.002,00	888.229,71
Serviços - RU	FT2100134	2014	31-03-2014	2.763,80	890.993,51
Serviços - RU	FT2100137	2014	31-03-2014	65,41	891.058,92
Serviços - RU	NC21/9	2014	30-04-2014	-90,32	890.968,60
Serviços - RU	FT21/143	2014	30-04-2014	415.792,80	1.306.761,40
Serviços - RU	FT21/181	2014	30-04-2014	3.276,14	1.310.037,54
Serviços - RU	FT21/184	2014	30-04-2014	124,95	1.310.162,49
Serviços - RU	FT99/79	2014	30-04-2014	1.148,00	1.311.310,49
Serviços - RU	FT22/73	2014	31-05-2014	16.289,93	1.327.600,42
Serviços - RU	FT21/229	2014	31-05-2014	157,95	1.327.758,37
Serviços - RU	FT21/226	2014	31-05-2014	3.712,30	1.331.470,67
Serviços - RU	FT21/187	2014	31-05-2014	433.742,09	1.765.212,76
Serviços - RU	FT21/234	2014	30-06-2014	452.854,77	2.218.067,53
Serviços - RU	FT22/89	2014	30-06-2014	37.795,17	2.255.862,70
Serviços - RU	FT21/240	2014	30-06-2014	3.647,52	2.259.510,22
Serviços - RU	FT99/155	2014	30-06-2014	3.740,00	2.263.250,22
Serviços - RU	NC21/13	2014	30-06-2014	-244,08	2.263.006,14
Serviços - RU	NC99/13	2010	16-07-2014	-244.377,57	2.018.628,57
Serviços - RU	FT21/245	2014	31-07-2014	438.021,21	2.456.649,78
Serviços - RU	FT22/101	2014	31-07-2014	23.904,41	2.480.554,19
Serviços - RU	FT21/280	2014	31-07-2014	190,95	2.480.745,14
Serviços - RU	FT21/283	2014	31-07-2014	4.276,87	2.485.022,01
Serviços - RU	FT99/173	2014	31-07-2014	2.884,00	2.487.906,01
Serviços - RU	FT21/287	2014	31-08-2014	375.775,88	2.863.681,89
Serviços - RU	NC21/16	2014	31-08-2014	-857,25	2.862.824,64
Serviços - RU	NC21/25	2013	31-08-2014	-281,07	2.862.543,57
Serviços - RU	FT21/329	2014	31-08-2014	46,57	2.862.590,14
Serviços - RU	FT21/326	2014	31-08-2014	3.848,93	2.866.439,07
Serviços - RU	FT22/118	2014	31-08-2014	13.578,94	2.880.018,01
Serviços - RU	FT21/336	2014	30-09-2014	433.358,14	3.313.376,15
Serviços - RU	FT22/134	2014	30-09-2014	13.188,37	3.326.564,52
Serviços - RU	FT21/377	2014	30-09-2014	209,23	3.326.773,75
Serviços - RU	FT21/422	2014	31-10-2014	85,46	3.326.859,21
Dívida Total					3.734.666,76

ANEXO B
VALORSUL - Plano de Pagamentos

Condições:

Prazo Global: 3 anos

Amortização: 6 prestações semestrais de igual valor

Taxa de Juro: EURIBOR 6 meses/360 2 dias úteis antes do início de cada período anual

All-in s\Euribor: 1,900%

Valor do Acordo: 3.734.667

Unid.: Euro

Data Vencimento	Indexante	Taxa nominal	Capital no início	Amortização	Juros	Prestação
1º Sem/2015	0,179%	2,079%	3.734.666,76	622.444,46	39.037,54	661.482,00
2º Sem/2015	0,179%	2,079%	3.112.222,30	622.444,46	33.070,47	655.514,93
1º Sem/2016	0,179%	2,079%	2.489.777,84	622.444,46	26.168,81	648.613,27
2º Sem/2016	0,179%	2,079%	1.867.333,38	622.444,46	19.842,28	642.286,74
1º Sem/2017	0,179%	2,079%	1.244.888,92	622.444,46	13.012,51	635.456,97
2º Sem/2017	0,179%	2,079%	622.444,46	622.444,46	6.614,09	629.058,55
				3.734.666,76	137.745,70	3.872.412,46

Indexante de referência: EURIBOR 6m de 11/12/2014 - 0,179%

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º n.º 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 14 de Janeiro de 2015, as atas, o voto de louvor, o voto de congratulação, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das actas n.ºs. 48 e 50 das Reuniões de Câmara de 26 de novembro e 10 de dezembro de 2014

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 1/2015 (Subscrito pela Câmara Municipal)

Aprovar um voto de pesar pelo falecimento das vítimas dos atentados de 7 e 9 de janeiro em Paris, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º (Subscrito pela Câmara Municipal) 1/2015

Aprovar o voto de congratulação a Cristiano Ronaldo pela conquista da Bola de Ouro, nos termos do voto de congratulação;

(Aprovado por unanimidade)

**Voto de Saudação n.º (Subscrito pela Câmara Municipal)
1/2015**

Aprovar um voto de saudação pela nomeação de Dom Manuel Clemente como Cardeal, nos termos do voto de saudação;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 12/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar encarregar a Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A., de realizar o projeto e a obra para instalação do Posto de Socorro Avançado (PSA), do Regimento Sapadores Bombeiros do Martim Moniz, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 8 votos a favor (PS), 3 votos contra (1CDS/PP e 2PCP) e 4 abstenções (2Ind. e 2PPD/PSD))

Proposta n.º 13/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão aprove a minuta do Acordo de pagamentos com a VALORSUL e anexos, bem como a respetiva repartição de encargos, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 12 votos a favor (8PS, 2Ind e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 14/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão aprove a minuta do Acordo de pagamentos com a SIMTEJO e anexos, bem como a respetiva repartição de encargos, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 12 votos a favor (8PS, 2Ind e 2PCP) e 3 abstenções (PPD/PSD))

O Senhor Vererador João Gonçalves Pereira (CDS/PP) não participou na votação

Proposta n.º 801/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador José Sá Fernandes)

Aprovar a ratificação do Protocolo celebrado entre o Município de Lisboa e a REFER, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 39/2015 (Subscrita pelos Srs. Vereadores João Afonso e João Gonçalves Pereira)

Aprovar o Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 40/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovação de emissão de parecer favorável às alterações ao pedido de financiamento do Contrato Local de Desenvolvimento Social / CLDS+ do Vale de Alcântara, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 41/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Designação de representante do Município de Lisboa para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Lisboa Ocidental - CPCJ Lisboa Ocidental, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (7PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP))

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Paula Sey* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Lisboa, aos 14 de janeiro de 2015

O Presidente

António Costa

- António Costa -

PROPOSTA 13/2015 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA QUE ESTE ÓRGÃO APROVE A MINUTA DO ACORDO DE PAGAMENTOS COM A VALORSUL E ANEXOS, BEM COMO A RESPETIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 13 da Ordem de Trabalhos, Proposta 13/2015. Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Nós temos aqui uma questão a colocar. Tínhamos ficado com a ideia de que a Câmara tinha saldado todas as contas e, portanto, não existira dívida e no entanto aparece agora esta proposta e nós gostávamos de perceber exatamente se de facto era assim, ou se esta dívida havia ficado para trás em anteriores informações.

O Sr. Presidente: - Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Vice-Presidente: - Muito obrigado.

Não, de facto na verdade a Câmara salda. A questão é a seguinte, a lei neste momento só permite fazer acordos de pagamento a fornecedores relativamente aos sectores da água, resíduos e do saneamento. E eu acho, aliás, que a situação atual é uma bizarria da lei porque no fundo é uma situação que está feita para evitar a acumulação de dívidas nestes sectores, às empresas destes sectores, mas a forma como está feita o que vai fazer na prática é aumentar as dívidas a estes fornecedores. Porquê? Porque o que é hoje razoável fazer é libertar recursos de tesouraria para pagamento a todos os fornecedores, e fazer acordo de pagamento com estas empresas, que depois estas empresas podem fazer refinanciamento junto do sector financeiro. e por isso, no fundo, a opção que nós fizemos foi exactamente uma opção totalmente racional de propor um acordo de pagamentos, prontamente aceite, que é o que a lei determina relativamente quer à Valorsul quer à Simtejo que é o caso seguinte; que permite à empresa refinar e receber imediatamente esse valor; na contabilidade da Câmara deixa de estar uma conta a fornecedores passa a estar uma conta de outros credores, mas o que é relevante é que liberta os meios financeiros à Câmara para que nós possamos pagar aos pequenos fornecedores que sobre a qual a Câmara não tinha possibilidade de fazer acordos de pagamento com a Banca para lhes poder adiantar o dinheiro. E por isso esta solução é uma solução que nós encontramos, e creio que muitas outras entidades encontraram e fazem o mesmo, que é, no fundo, a câmara libertou recursos, salda a sua, deixa de ter uma dívida com fornecedores por que isto é um acordo de pagamento e passa a outros devedores e credores. A entidade recebe a rontó, depois refinanciamento a sua dívida recebe a pronto e nós libertamos os nossos recursos para o pagamento das dívidas aos outros pequenos fornecedores da Câmara que foram, essas sim, liquidadas e todas resolvidas. Todas as que não estão em conferência, as que podia ser liquidadas, não é, transitarão de ano, ficarão qualquer coisa como cerca de 5,7 milhões, há sempre um conjunto de facturas que estão em trânsito que têm de ser validadas pelos serviços e é esta uma das situações.

O Sr. Presidente: - Muito bem, creio que estamos em condições de votar, aliás, já estávamos. Ponto 13 da Ordem de Trabalhos, Proposta 13/2015. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado com a abstenção do PPD/PSD e do CDS/PP) e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 13/2015 a qual foi aprovada por Aprovada por maioria com 12 votos a favor (8PS, 2Ind e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP)

- Deliberação n.º 30/AML/2015:

-Proposta n.º 14/CM/2015 -Acordo com a Simtejo -Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., nos termos da proposta.

Subscrita pelo Vice-presidente Fernando Medina.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PCP, BE, PEV, PNPB e 6 Independentes; e Abstenção - PSD e CDS-PP.

(O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião e o MPT não estava presente na sala.)

PROPOSTA N.º 14/2015

Acordo com a Simtejo - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.

Pelouro: Vereador Fernando Medina.

Serviço: DMF.

Considerando que:

- 1 - A Simtejo é concessionária do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro;
- 2 - O Município de Lisboa é utilizador do Sistema;
- 3 - Existem serviços prestados de saneamento de águas residuais no âmbito do contrato de recolha e tratamento de efluentes ainda não pagos;
- 4 - O artigo 89.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), prevê que os Municípios possam apresentar um plano de pagamento, para a regularização de dívidas vencidas, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos, prevendo, assim, a celebração de acordos de pagamentos que limita a um prazo máximo de 5 anos;
- 5 - O Município assume, junto da Simtejo, encargos anuais regulares relativos ao serviço de tratamento de águas residuais da ordem dos 27 milhões de euros, a que veem crescendo os encargos relativos ao pagamento do acordo celebrado em 2007 e em 2013, da ordem, respetivamente, dos 6,2 milhões de euros e 8,8 milhões de euros, o que perfaz

um total médio anual da ordem dos 42 milhões de euros devidos pelo Município, valor que constitui um evidente esforço de tesouraria;

6 - O Município tem, por referência ao final de dezembro de 2014, uma dívida vencida de serviços prestados pela Simtejo de 25 367 025,46 euros;

7 - Importa acautelar o pagamento desta dívida, o regular pagamento dos serviços em 2015, bem como dos valores devidos no âmbito dos acordos ainda em execução, intentando o maior equilíbrio possível, no tempo, no esforço envolvido na satisfação deste conjunto de responsabilidades, atentas as disposições legais vigentes e a oportunidade aberta pelas disposições do Orçamento de Estado já referidas;

8 - Foi analisada a situação com a Simtejo, no sentido de verificar a sua disponibilidade para a celebração de um acordo de pagamentos e condições pretendidas, assim como para, neste processo, se encontrar uma solução que permitisse alisar o peso da Simtejo na fatura anual do Município, acautelando para futuro o regular pagamento da fatura de serviços;

9 - A Simtejo se mostrou recetiva à operação e disponível para aceitar um período de carência de 2 anos, pugnando por uma remuneração da dívida assente na taxa Euribor com uma margem de 1,920 %;

10 - As condições estabelecidas vão ao encontro das preocupações manifestadas pelo Município quanto ao acautelar do conjunto de obrigações com esta empresa e são mais favoráveis do que as que resultam da taxa aplicável à dívida comercial, assim como que do que as obtidas para o último acordo de pagamento estabelecido;

11 - A despesa emergente deste acordo tem enquadramento orçamental na Ação A4.P006.02 com Orgânica 04.00 e Económica 02.02.20.02, para a componente capital e na Rubrica 01.02/03.05.02, para a componente de encargos financeiros.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, e artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetivas alterações, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão:

1 - Aprove a Minuta do Acordo de pagamentos com a Simtejo e respetivos anexos, que fazem parte integrante da presente proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

GABINETE DO VICE-PRESIDENTE

PROPOSTA N.º 14 /2015

ACORDO COM A SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A

Pelouros: Vereador Fernando Medina

Serviço: DMF

Considerando que:

1. A SIMTEJO é concessionária do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro;
2. O Município de Lisboa é utilizador do Sistema;
3. Existem serviços prestados de saneamento de águas residuais no âmbito do contrato de recolha e tratamento de efluentes ainda não pagos;
4. O artigo 89º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015) prevê que os Municípios possam apresentar um plano de pagamento, para a regularização de dívidas vencidas, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos, prevendo, assim, a celebração de acordos de pagamentos que limita a um prazo máximo de 5 anos;
5. O Município assume, junto da Simtejo, encargos anuais regulares relativos ao serviço de tratamento de águas residuais da ordem dos 27 milhões de euros, a que vêm crescendo os encargos relativos ao pagamento do acordo celebrado em 2007 e em 2013, da ordem, respectivamente dos 6,2 milhões de euros e 8,8 milhões de euros, o que perfaz um total médio anual da ordem dos 42 milhões de euros devidos pelo Município, valor que constitui um evidente esforço de tesouraria;
6. O município tem, por referência ao final de dezembro de 2014, uma dívida vencida de serviços prestados pela Simtejo de 25.367.025,46 euros;

7. Importa acautelar o pagamento desta dívida, o regular pagamento dos serviços 2015 bem como dos valores devidos no âmbito dos acordos ainda em execução, intentando o maior equilíbrio possível, no tempo, no esforço envolvido na satisfação deste conjunto de responsabilidades, atentas as disposições legais vigentes e a oportunidade aberta pelas disposições do Orçamento de Estado já referidas;
8. Foi analisada a situação com a Simtejo, no sentido de verificar da sua disponibilidade para a celebração de um acordo de pagamentos e condições pretendidas assim como para, neste processo, se encontrar uma solução que que permitisse alisar o peso da Simtejo na fatura anual do Município acautelando para futuro o regular pagamento da fatura de serviços.
9. A Simtejo se mostrou receptiva à operação e disponível para aceitar um período de carência de 2 anos, pugnando por uma remuneração da dívida assente na taxa Euribor com uma margem de 1,920%;
10. As condições estabelecidas vão ao encontro das preocupações manifestadas pelo Município quanto ao acautelar do conjunto de obrigações com esta empresa e são mais favoráveis do que as que resultam da taxa aplicável à dívida comercial assim como que do que as obtidas para o último acordo de pagamento estabelecido;
11. A despesa emergente deste acordo tem enquadramento orçamental na Ação A4.P006.02 com orgânica 04.00 e económica 02.02.20.02, para a componente capital e na rubrica 01.02/03.05.02 para a componente de encargos financeiros.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

Nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, e artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetivas alterações, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão:

1. Aprove a Minuta do Acordo de pagamentos com a SIMTEJO e respetivos anexos que fazem parte integrante da presente proposta.

Paços do Concelho de Lisboa, 8 de Janeiro de 2015

O Vice-Presidente



(Fernando Medina)

ACORDO DE PAGAMENTO

Entre:

O Município de Lisboa, com sede na Praça do Município, 1149-014 Lisboa, pessoa colectiva n.º 500 051 070, adiante designado por “Município”, representado neste ato pelo Vice-presidente, Fernando Medina Maciel Almeida Correia, com poderes para o ato conferidos pelo Despacho n.º 79/P/2013, de 13/11/2013,

e a

SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA, adiante designada por Segundo Contratante, com sede em Lisboa, na ETAR de Alcântara, na Avenida de Ceuta, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o NIPC 505 908 093 e com o capital social de €38.700.000,00 (trinta e oito milhões e setecentos mil euros) neste ato representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Carlos Manuel Martins, com poderes para o ato conferidos pelas deliberações do Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2012 e 30 de maio de 2013.

Cláusula 1ª

O Município reconhece a obrigação de pagamento de faturas/notas de débito emitidas pelo Segundo Contratante identificadas no Anexo A ao presente ACORDO, do qual faz parte integrante, perfazendo a quantia de €25.367.025,46 (vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta e sete mil, vinte e cinco euros, e quarenta e seis cêntimos), relativas a serviços prestados de saneamento de águas residuais no âmbito do contrato de recolha e tratamento de efluentes.

Cláusula 2ª

1. A dívida mencionada na cláusula anterior será paga ao Segundo Contratante pelo Município em 6 (seis) amortizações semestrais, nos termos definidos no Plano de Pagamentos constante do Anexo B ao presente ACORDO, do qual faz parte integrante.
2. As prestações constantes do Anexo B incluem juros à taxa nominal correspondente à Euribor a 6 meses (base 360 dias), divulgada no segundo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, arredondada para a milésima de ponto percentual superior, acrescida de 1,920%
3. A taxa referida no número anterior não poderá ser em caso algum superior à taxa de juros de mora definida por lei.
4. O Município reserva-se ainda o direito de proceder ao pagamento antecipado, integral ou parcial, das prestações vincendas.
5. No caso do Município proceder ao pagamento integral e de uma só vez do montante das prestações identificadas no Anexo B, o Segundo Contratante renuncia ao direito de faturar os juros de mora então vincendos devidos por essas prestações.
6. O atraso no pagamento das prestações referidas no n.º 1, por um período superior a 120 (cento e vinte) dias, confere ao Segundo Contratante o direito de receber as prestações vencidas e vincendas.

Cláusula 3ª

O Município declara aceitar que o Segundo Contratante ceda os créditos previstos e reconhecidos no presente ACORDO e respectivos Anexos, no todo ou em parte, a terceiros, bastando, para tanto, a comunicação, por escrito, do Segundo Contratante, no prazo máximo de 8 (oito) dias após a sua concretização.

Cláusula 4ª

As prestações definidas no Plano de Pagamentos serão pagas através de transferência bancária para a conta correspondente ao IBAN: PT50 0007 0096 0002 2450 003 42, ou outro que seja subsequentemente indicado, cumprindo ao Município proceder ao envio, à Segunda Contraente, do comprovativo da realização de pagamento da prestação.

Cláusula 5ª

Mantêm-se em vigor todas as obrigações emergentes dos contratos e procedimentos legais existentes.

Cláusula 6ª

O presente ACORDO pode ser objeto de revisão, assumindo a mesma a forma escrita, e sendo necessário para o efeito o consentimento de ambas as Partes.

Cláusula 7ª

O presente ACORDO, constante da Proposta n.º _____, foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em _____ e pela Deliberação n.º _____ da Assembleia Municipal de Lisboa.

O presente acordo, que contém dois anexos que dele fazem parte integrante, foi celebrado, em duas vias, em Lisboa, em _____ de Janeiro de 2015.

O Município

O Segundo Contratante

ANEXO A

Câmara Municipal de Lisboa

Valores a favor da Simtejo, S.A.

Tipo	Doc. nº	Ano	Data	Valor	Acumulado
Serviços	3140382162	2013	31-12-2013	2.301.057,99	2.301.057,99
Serviços	3140382185	2014	31-01-2014	2.306.953,55	4.608.011,54
Serviços	3140382207	2014	28-02-2014	2.319.513,90	6.927.525,44
Serviços	3140382230	2014	31-03-2014	2.310.668,52	9.238.193,96
Serviços	3140382244	2014	30-04-2014	2.309.565,49	11.547.759,45
Serviços	3140382277	2014	31-05-2014	2.304.895,61	13.852.655,06
Serviços	3140382300	2014	30-06-2014	2.302.386,51	16.155.041,57
Serviços	3140382320	2014	31-07-2014	2.302.238,47	18.457.280,04
Serviços	3140382343	2014	31-08-2014	2.298.024,39	20.755.304,43
Serviços	3140382370	2014	30-09-2014	2.305.742,61	23.061.047,04
Serviços	3140382383	2014	31-10-2014	2.305.978,42	25.367.025,46
Dívida Total					25.367.025,46

ANEXO B

SIMTEJO - Novo Acordo - amortizações constantes com 2 anos de carência

Condições:

Prazo Global: 5 anos
Carência: 2 anos
Amortização: 6 Amortizações semestrais
All-in s/EURIBOR: 1,920%
Indexante: EURIBOR 6 meses/360
Valor do Acordo: 25.367.025,46

Unid.: Euro

Data Vencimento	Nº Dias	Indexante	Taxa nominal	Capital no Início	Amortização	Juros	Prestação
31-12-2014	0	0,179%	2,099%	25.367.025,46	0,00		0,00
30-06-2015	181	0,179%	2,099%	25.367.025,46	0,00	267.705,97	267.705,97
30-12-2015	183	0,179%	2,099%	25.367.025,46	0,00	270.664,05	270.664,05
30-06-2016	183	0,179%	2,099%	25.367.025,46	0,00	270.664,05	270.664,05
30-12-2016	183	0,179%	2,099%	25.367.025,46	0,00	270.664,05	270.664,05
30-06-2017	182	0,179%	2,099%	25.367.025,46	2.536.702,55	269.185,01	2.805.887,56
30-12-2017	183	0,179%	2,099%	22.830.322,91	2.536.702,55	243.597,64	2.780.300,19
30-06-2018	182	0,179%	2,099%	20.293.620,36	5.073.405,09	215.348,01	5.288.753,10
30-12-2018	183	0,179%	2,099%	15.220.215,27	5.073.405,09	162.398,43	5.235.803,52
30-06-2019	182	0,179%	2,099%	10.146.810,18	5.073.405,09	107.674,00	5.181.079,09
30-12-2019	183	0,179%	2,099%	5.073.405,09	5.073.405,09	54.132,81	5.127.537,90
					25.367.025,46	2.132.034,02	27.499.059,48

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º n.º 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 14 de Janeiro de 2015, as atas, o voto de louvor, o voto de congratulação, o voto de pesar e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das actas n.ºs. 48 e 50 das Reuniões de Câmara de 26 de novembro e 10 de dezembro de 2014

(Aprovadas por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 1/2015 (Subscrito pela Câmara Municipal)

Aprovar um voto de pesar pelo falecimento das vítimas dos atentados de 7 e 9 de janeiro em Paris, nos termos do voto de pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Congratulação n.º 1/2015 (Subscrito pela Câmara Municipal)

Aprovar o voto de congratulação a Cristiano Ronaldo pela conquista da Bola de Ouro, nos termos do voto de congratulação;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Saudação n.º 1/2015 (Subscrito pela Câmara Municipal)

Aprovar um voto de saudação pela nomeação de Dom Manuel Clemente como Cardeal, nos termos do voto de saudação;

(Aprovado por unanimidade)

Proposta n.º 12/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar encarregar a Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., S.A., de realizar o projeto e a obra para instalação do Posto de Socorro Avançado (PSA), do Regimento Sapadores Bombeiros do Martim Moniz, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 8 votos a favor (PS), 3 votos contra (1CDS/PP e 2PCP) e 4 abstenções (2Ind. e 2PPD/PSD))

Proposta n.º 13/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão aprove a minuta do Acordo de pagamentos com a VALORSUL e anexos, bem como a respetiva repartição de encargos, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 12 votos a favor (8PS, 2Ind e 2PCP) e 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP))

Proposta n.º 14/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador Fernando Medina)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão aprove a minuta do Acordo de pagamentos com a SIMTEJO e anexos, bem como a respetiva repartição de encargos, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 12 votos a favor (8PS, 2Ind e 2PCP) e 3 abstenções (PPD/PSD))

O Senhor Vererador João Gonçalves Pereira (CDS/PP) não participou na votação

Proposta n.º 801/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador José Sá Fernandes)

Aprovar a ratificação do Protocolo celebrado entre o Município de Lisboa e a REFER, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 39/2015 (Subscrita pelos Srs. Vereadores João Afonso e João Gonçalves Pereira)

Aprovar o Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 40/2015 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovação de emissão de parecer favorável às alterações ao pedido de financiamento do Contrato Local de Desenvolvimento Social / CLDS+ do Vale de Alcântara, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 41/2015

(Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Designação de representante do Município de Lisboa para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Lisboa Ocidental - CPCJ Lisboa Ocidental, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (7PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP))

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Paula Sey* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Lisboa, aos 14 de janeiro de 2015

O Presidente

António Costa

- António Costa -

PROPOSTA 14/2015 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA QUE ESTE ÓRGÃO APROVE A MINUTA DO ACORDO DE PAGAMENTOS COM A SIMTEJO E ANEXOS, BEM COMO A RESPETIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 14 da Ordem de Trabalhos, Proposta 14/2015. Não há pedidos de palavra, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com a abstenção do PPD/PSD o voto favorável dos restantes eleitos sem a participação do Sr. Vereador João Gonçalves pereira.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 14/2015 a qual foi aprovada por Aprovada por maioria com 12 votos a favor (8PS, 2Ind e 2PCP) e 3 abstenções (PPD/PSD)

O Senhor Vereador João Gonçalves Pereira (CDS/PP) não participou na votação

- Deliberação n.º 31/AML/2015:

Tema 1 - Finanças, Património e Recursos Humanos

Subtema - Património

- Recomendação n.º 3/57 - «Contra a entrega de espaços públicos de Monsanto a privados».

Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV.

Aprovados os pontos 2, 3 e 4, por unanimidade.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

«2 - Reconhecer a importância ecológica do Parque Florestal de Monsanto e a necessidade de a Autarquia atuar em conformidade com o valor social e ambiental que este espaço representa;

3 - Apelar à Câmara Municipal de Lisboa que implemente e cumpra as deliberações aprovadas por esta Assembleia no que diz respeito à preservação do Parque Florestal de Monsanto;

4 - Requerer à Câmara Municipal de Lisboa os documentos referentes ao concurso público e ao contrato de concessão à empresa MCO II.

Mais delibera ainda:

- Enviar a presente deliberação à Plataforma por Monsanto.».

- Deliberação n.º 32/AML/2015:

- Recomendação n.º 13/57 - «Concessão a privados de espaços no Parque Florestal do Monsanto».

Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT.

O Ponto 1 foi aprovado por maioria, com a seguinte votação: Favor - PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e 6 Independentes; Abstenção - PNPN; e Contra - PS.

O Ponto 2 foi aprovado por unanimidade.

(O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião.)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

«1 - Lamentar a forma como foi conduzido o processo supracitado de concessão a privados de espaços no Parque Florestal do Monsanto, designadamente sem criar os convenientes consensos;

2 - Que a Câmara Municipal de Lisboa disponibilize à Assembleia Municipal o relatório preliminar a elaborar, previsto no artigo 18.º do Caderno de Encargos, de forma a serem conhecidos os pormenores dos projetos contemplados na concessão.».

- Deliberação n.º 33/AML/2015:

Tema 2 - Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização

Subtema - Relações Externas

- Recomendação n.º 7/57 - «Geminção de Lisboa com Atenas».

Subscrita pelo Grupo Municipal do BE.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PCP, BE, PEV e 6 Independentes; Contra: CDS-PP; e Abstenção - PS, PSD, MPT e PNPN.

(O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião.)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

- «Que leve a cabo conversações com o Município de Atenas, na República Helénica (Grécia), com vista a estabelecer um Acordo de Geminção entre os dois Municípios.».

- Deliberação n.º 34/AML/2015:

Tema 5 - Descentralização e Obras Municipais

Subtema - Descentralização para as freguesias

- Recomendação n.º 4/57 - «Pela implementação dos compromissos assumidos pela Câmara Municipal de Lisboa durante o processo de transferência de trabalhadores do Município de Lisboa para as freguesias da cidade».

Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PSD, PCP, BE, PEV, CDS-PP, MPT e 6 Independentes; Contra - PS; e Abstenção - PNPN.

(O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião.)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

- «Providencie as diligências necessárias no sentido da rápida implementação dos compromissos que foram assumidos por parte do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em nome da Edilidade com os trabalhadores transferidos da Câmara Municipal para as Freguesias de Lisboa.».

- Deliberação n.º 35/AML/2015:

Tema 6 - Direitos Sociais e Cidadania

Subtema - Promoção Igualdade de Direitos

- Recomendação n.º 8/57 - «8 de Março - Dia Internacional da Mulher».

Subscrita pelo Grupo Municipal do BE.

O Ponto 1, e único, da presente Recomendação, foi dividido, passando a ser uma Saudação e uma Recomendação à CML:

A Saudação: «Saudar o Dia Internacional da Mulher», foi aprovada por unanimidade.

A Recomendação foi aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PNP e CDS; e Abstenção - 6 Independentes.

(O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião.)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «Saudar o Dia Internacional da Mulher e recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que implemente de imediato o plano municipal contra a violência doméstica e que priorize a abertura de “Casas-Abrigo”».

- Deliberação n.º 36/AML/2015:

- Recomendação n.º 9/57 - «Promoção da igualdade do combate contra a exclusão social e o racismo (Década Internacional dos Afrodescendentes)».

Subscrita pelo Grupo Municipal do BE.

Aprovada por unanimidade.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

- «Implementar uma estratégia política que integre as linhas definidas no Programa de Ação para a Década dos Afrodescendentes nos seus instrumentos de definição e gestão quotidiana da promoção da igualdade, do combate contra a exclusão social e o racismo».

- Deliberação n.º 37/AML/2015:

Tema 7 - Cultura, Educação, Juventude e Desporto

Subtema - Cultura

- Moção n.º 3/57 - «Pela manutenção do Oceanário de Lisboa na esfera do domínio público».

Subscrita pelos Grupos Municipais do PNP, do PS, do PEV e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu Mandato como Independentes.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PCP, BE, PEV, PNP e 6 IND; Abstenção - PSD e MPT; e Contra - CDS-PP.

(O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião.)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (reafirmar):

- «(. .) a sua posição contrária à abertura a entidades de referência, nacionais ou estrangeiras da exploração do Oceanário de Lisboa, tendo em vista que a prossecução do interesse público só ficará garantido com a manutenção da sua gestão na esfera da administração pública;
- É o que se deseja. É o que se espera;
- Esta Moção, se aprovada, deve ser enviada a:

- Presidência da República;
- Presidência da Assembleia da República;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Presidência do Conselho de Ministros;
- Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia».

- Deliberação n.º 38/AML/2015:

Subtema - Desporto

- Recomendação n.º 5/57 - «Pavilhão Desportivo Carlos Lopes».

Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV.

Aprovada por unanimidade.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

«1 - Promova a recuperação e reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, devolvendo este emblemático edifício à cidade de Lisboa;
2 - Salvaguarde a segurança do seu importante património artístico, bem como a recuperação do espólio azulejular, impedindo a sua deterioração;
3 - Assuma claramente um papel ativo na reabertura e utilização pública do Pavilhão Carlos Lopes, devolvendo a sua valência para usufruto lúdico e desportivo da cidade.».

- Deliberação n.º 39/AML/2015:

Subtema - Cultura

- Recomendação n.º 12/57 - «Piscina Municipal Rosa Lopes».

Subscrita pelo Grupo Municipal do PS.

Aprovada por unanimidade.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML):

- «(. .) a alteração da designação de Piscina Municipal do Alvito para Piscina Municipal Rosa Lopes, reconhecendo-se o mérito Rosa Lopes na natação do Atlético Clube e em representação de Alcântara durante a sua vida.».

- Deliberação n.º 40/AML/2015:

Tema 8 - Mobilidade e Segurança

Subtema - Mobilidade

- Recomendação n.º 6/57 - «Acessibilidades na Estação do Metropolitano da Baixa-Chiado».

Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV.

Aprovada por unanimidade.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

- «1 - Diligencie junto do Governo no sentido de sensibilizar a Administração do Metropolitano de Lisboa para o reconhecimento da relevância da construção de um elevador de acesso desde o átrio da estação da Baixa-Chiado até à superfície;
- 2 - Diligencie junto da Administração do Metropolitano de Lisboa e da tutela no sentido de, no mais curto espaço de tempo, ser elaborado e apresentado aos órgãos do Município um estudo técnico tendente à construção do referido elevador na estação da Baixa-Chiado, que garanta uma efetiva “acessibilidade plena” aos seus utentes, em particular daqueles com mobilidade reduzida;
- 3 - Dê conhecimento da presente deliberação à Administração do Metropolitano de Lisboa, ao Ministro da Economia e Emprego, ao Secretário de Estado das Obras Públicas e Transportes, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Provedor dos Transportes do Metropolitano de Lisboa, bem como à Comissão de Utentes dos Transportes Públicos de Lisboa.».

- Deliberação n.º 41/AML/2015:

Subtema - Estacionamento

- Recomendação n.º 10/57 (Retificada) - «Pela promoção de uma política de estacionamento concertada na envolvente ao Hospital São Francisco Xavier».

Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT.

Deliberada por pontos:

Ponto 1:

Foi alterada a parte deliberativa, substituindo a expressão final «que resolvam os problemas de estacionamento» por «que resolvam os problemas de acessibilidade, nomeadamente de peões e ciclistas, bem como garantir a segurança no estacionamento».

Aprovado por unanimidade.

Ponto 2:

Foi alterada a parte deliberativa, substituindo a expressão «ordenamento do trânsito» por «ordenamento do estacionamento».

Aprovado por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e 6 Independentes; Abstenção - PNPN; e Contra - 1 Deputado Municipal do PS.

(O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião.)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

- «1 - Elabore um estudo de mobilidade na zona envolvente ao Hospital de São Francisco Xavier e que estude e aplique medidas que resolvem os problemas de acessibilidade, nomeadamente peões e ciclistas, bem como garanta a segurança no estacionamento;
- 2 - A Polícia Municipal proceda, de forma regular, ao ordenamento do estacionamento junto à Avenida das Descobertas em horário de entrada e saída dos alunos frequentadores dos colégios ali sediados.».

- Deliberação n.º 42AML/2015:

Tema 9 - Outros temas

- Moção n.º 2/57 (Retificada) - «Saudação ao povo grego».

Subscrita pelo Grupo Municipal do BE.

Deliberada por Pontos:

Ponto 1:

Foi alterado, substituindo a expressão «mais uma bela lição», por «um exemplo».

Aprovado por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PCP, BE, PEV, MPT, PNPN e 6 Independentes; Abstenção - PSD; e Contra - CDS-PP.

Ponto 2:

Aprovado por maioria, com a seguinte votação: Favor - PCP, BE, PEV, 6 Independentes e com Voto de Qualidade da Presidente; Abstenção - PS, MPT e PNPN; e Contra - PSD e CDS-PP.

Ponto 3:

Aprovado por maioria, com a seguinte votação: Favor - PS, PCP, BE, PEV e 6 Independentes; Abstenção - PNPN; e Contra - PSD, CDS-PP e MPT.

(O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião.)

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (que):

- «1 - Saúda o povo grego que, numa situação económica e social dramática, deu um exemplo de democracia à Europa e ao Mundo;
- 2 - Saúda as medidas anti austeridade adotadas pelo governo grego e apoia a exigência de renegociação das dívidas soberanas a nível europeu;
- 3 - Repudia o servilismo do governo português face aos poderosos da Europa, exigindo uma nova atitude digna de um povo soberano com mais de oito séculos de História.».

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>).

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt